

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

### **MENSAGEM Nº 219, DE 2001**

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsink, em 17 de setembro de 1999.

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Deputado Neiva Moreira**

#### **I. RELATÓRIO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 219, de 2001, acompanhada da exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsink, em 17 de setembro de 1999.

O referido acordo define as condições gerais para os empréstimos daquele Banco ao Brasil.

O Banco Nórdico é uma instituição financeira multilateral criada pelos cinco países nórdicos e financia projetos de investimento em infraestrutura, tanto no setor público como do setor privado.

São empréstimos de longo prazo (prazo de maturação de 20 anos), incluindo período de carência de 3 a 8 anos. Podem cobrir até 50% do custo total do projeto. As taxas de juros são determinadas com base na escolha da moeda e o custo de empréstimo para cada moeda. O Banco Nórdico atua em todos os continentes.

## **II. VOTO DO RELATOR**

O instrumento internacional em epígrafe segue, em regra, a mesma estrutura de acordos semelhantes assinados pelo Brasil com outros organismos financeiros internacionais.

Nesse sentido, abstenho-nos de apreciar as cláusulas que se reproduzem quase que uniformemente pelos mais variados instrumentos internacionais.

Como a interpretação majoritária, doutrinária e jurisprudencialmente, é no sentido de que ao Parlamento brasileiro não é facultado o emendamento de instrumentos internacionais, permitimo-nos o direito de apresentar ressalvas ao presente acordo, entendendo que as mesmas devam fazer parte da justificativa do Projeto de Decreto Legislativo a ser apresentado.

Está se travando na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a propósito do Acordo entre os Estados Unidos e o Governo brasileiro em relação ao uso da Base de Alcântara, uma importante discussão sobre o alcance das ressalvas e muitos antecedentes têm sido citados sobre sua validade.

Lembro, por oportuno, que apresentei proposta de emenda à Constituição objetivando assegurar esta indispensável prerrogativa aos

membros do Congresso Nacional, à semelhança do que ocorre no Congresso dos Estados Unidos e em outros países, onde admite-se a apresentação de emendas de deputados e senadores a acordos internacionais.

O presente Acordo está muito longe da gravidade como o do uso da Base de Alcântara, que fere profundamente a soberania nacional. Mas há pontos que não podem ser aprovados sem ressalvas que permitam ao governo brasileiro uma rediscussão dos mesmos com o Banco Nórdico.

Desse modo, manifesto pela aprovação com as ressalvas aqui indicadas.

Sala da Comissão, em                      de setembro de

**Deputado NEIVA MORTEIRA (PDT/MA)**

**Relator**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE SETEMBRO DE 2001  
(MENSAGEM Nº 219, DE 2001)**

Aprova o texto do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsink, em 17 de setembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsink, em 17 de setembro de 1999.

Parágrafo único. Serão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional qualquer atos que possam resultar em revisão ao referido acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## **AS RESSALVAS**

Pontos que nos parecem problemáticos no texto do Acordo-Quadro de Cooperação e devem ser aprovados com ressalvas:

O **artigo 3º** afirma expressamente que as taxas de juros dos empréstimos serão fixados pelo Banco Nórdico, sem prejuízo da submissão prévia ao Banco Central do Brasil. No entanto, esta submissão não tem o poder de retirar do Banco Nórdico a competência unilateral de fixar a taxa de juros, o que nos parece absolutamente nociva aos interesses do Brasil. A fixação da taxa de juros há de ser pactuada e não deixada ao alvitre do Banco Nórdico.

O **artigo 11**, por seu turno, amplia demais o conceito de imunidade, aplicável apenas aos diplomatas de outro país, para que os funcionários do banco, no exercício de suas funções não se submetam a processos judiciais e administrativos em nosso país. Trata-se de extensão desarrazoada, com a qual não concordamos.

O **artigo 12** estabelece que a arbitragem para dirimir os conflitos decorrentes da execução do contrato será realizada em Brasília, em língua inglesa. Entendemos deva ser a língua portuguesa a utilizada nestas hipóteses.

Sala da Comissão, em                      de setembro de

**Deputado NEIVA MORTEIRA (PDT/MA)**

**Relator**